

GARIMPO

Conflito em Alta Floresta resulta em quatro mortes

por Eliana Simonetti
de Alta Floresta

Um desentendimento entre os tribunais do Estado de Mato Grosso provocou, nas últimas semanas, a morte de um garimpeiro e três empregados de uma empresa de mineração, em um conflito que se estende até hoje, com o envolvimento da polícia do estado.

O problema acontece em Juruema, garimpo de Alta Floresta, ao norte do Estado de Mato Grosso. Segundo contaram a este jornal as advogadas dos garimpeiros (mais de mil na região, de 20 mil hectares), Irene Briccatti da Silva e Rosires da Silva Albino, o ouro é retirado ali, por sistema manual, há trinta anos. Dois anos atrás, a empresa Jaruana Mineração obteve, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), alvará de pesquisa para a área. A empresa ocupou, então, a pista de pouso e as instalações de garimpeiros, que passaram a viver na mata ou a trabalhar como assalariados.

Em março deste ano, os garimpeiros invadiram a sede da empresa e foram reprimidos pela polícia do estado. A empresa, para garantir seu direito à pesquisa da área, entrou com uma ação possessória junto à Justiça de Alta Floresta. Depois de fazer uma inspeção judicial na área, o juiz constatou, ali, que o garimpo é antigo, e concedeu a liminar para a mineradora de posse de 500 hectares, ficando os 19,5 mil hectares restantes para os garimpeiros. A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado, que manteve a decisão, e solicitou ao DNPM que não expedisse alvará na área enquanto a questão não fosse julgada definitivamente.

Em 1º de junho último, quando Manoel Henrique Amado Lourenço (angola-

Grande potencial de atrito

por Denise Neumann
de Brasília

No município de Alta Floresta, Mato Grosso, existem duas áreas legalmente reservadas à mineração: a do Zé Vermelho, área de 50 mil hectares e uma população de 8 mil garimpeiros, e a de Cabeças, com 121 mil hectares e 10 mil garimpeiros, ambas com portaria no Diário Oficial em 10 de maio de 1983. Localizadas ao norte do Mato Grosso, elas estão situadas numa zona espontânea (expansão desordenada da zona oficialmente liberada), que abrange também o sudeste da Amazônia e uma ponta do sudoeste do Pará. Essas informações constam de um levantamento preliminar da coordenadoria de

conflitos agrários do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad).

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é o órgão que expede alvarás de pesquisa, autorizando empresas mineradoras a exercer atividade em certa área por determinado período.

OS CONFLITOS NAS ZONAS DE MINERAÇÃO

Existem, nestas áreas, duas situações de conflito envolvendo o controle efetivo do subsolo e o domínio de fato do recurso básico, a terra. Uma opõe as empresas de mineração aos denominados "patrões de garimpo" e outra opõe ambos aos grupos indígenas e pequenos produtores agrícolas da região.

O documento do Mirad rela-

ciona sete assassinatos de garimpeiros no município de Alta Floresta e mais três dentro da zona espontânea, em 1986. Além destes dez casos, a Polícia Militar do Mato Grosso encontrou onze ossadas no garimpo Novo Planeta, em Alta Floresta, relata o documento.

A Sociedade Brasileira de Geólogos (SBG), em nota oficial, responsabiliza as autoridades "pelo descaso e inadequação com que o problema do garimpo e da garantia de direitos minerários vem sendo tratado", o que possibilita esse grande número de violências, no entender da SBG, que exige, ainda, punição dos responsáveis e uma legislação que discipline a atividade de garimpagem.

no), geólogo e líder garimpeiro, dirigia-se a Juruema para tomar posse do garimpo, foi assassinado. A mineradora então obteve o alvará de lavra, definitivo, junto ao DNPM e, de posse do documento, entrou com novo processo junto à Justiça federal, onde, na segunda vara, foi expedida liminar garantindo o direito da empresa. Isso porque, de acordo com a lei, desde que haja alvará de lavra, nenhuma ação judicial pode impedir a extração de ouro.

Conforme explicou o superintendente da Polícia Federal no estado, Antônio Martinez, estabeleceu-se assim um conflito de competência, com a coexistência de duas liminares conflitantes sobre a mesma questão. O oficial de Justiça, encarregado de fazer cumprir a ordem do juiz federal, Odilon de Oliveira, preferiu não aguardar a

Polícia Federal e requisitou a Polícia Militar para evacuar os garimpeiros da área, conforme conta Martinez. No último sábado ocorreu então um conflito armado entre empregados da empresa e garimpeiros, e morreram três funcionários: o administrador, o chefe de segurança e um geólogo, Gustavo Guimarães Rodrigues, e foram feridos pelo menos dois garimpeiros.

Ontem, estavam em Juruema cinquenta policiais militares que, conforme o depoimento de uma moradora de Alta Floresta, prenderam garimpeiros, mulheres e crianças, acuada na mata, sem acesso por estrada à cidade; que fica 400 quilômetros distante da área do garimpo. Preocupado com a situação na região, o governador Carlos Bezerra mandou para lá o secretário de Segurança, José Oto Costa Sam-

pai, para retirar os policiais e procurar mediar conversações entre garimpeiros e a empresa, para eliminar a violência. Ele disse a este jornal que "a conversação é para encontrar uma fórmula que atenda aos interesses de todos, pois os garimpeiros têm o direito de permanecer na área".

Segundo José Antônio Alves dos Santos, responsável pelo DNPM na ausência do diretor, atuam em Mato Grosso mais de cem empresas de mineração, entre nacionais, multinacionais e de capital misto. Ele diz que os conflitos de pequeno porte acontecem todos os dias no estado, mas "este que está ocorrendo não é comum".

O DNPM, conforme afirmou Alves dos Santos, "está dando respaldo legal para instruir os processos da empresa, mas invasão é problema de polícia".